



O PROCESSO DE SÍNTESE NA TEORIA DO CONHECIMENTO DE IMMANUEL KANT

Allyson Pereira de Almeida¹

 <https://orcid.org/0000-0002-3971-5084>

Maurício Krasovski²

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2024.4.1.8628>

RESUMO: O propósito deste artigo consiste em abordar, de forma didática, a Teoria do Conhecimento proposta por Immanuel Kant. Para isso, utilizaremos passagens da *Crítica da Razão Pura* (1781). Reitera-se que este texto é o resultado da pesquisa desenvolvida durante a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso, o que ocorreu sob orientação do professor e coautor deste trabalho. De modo claro e objetivo, espera-se que este texto apresente ao leitor os principais conceitos e etapas do processo epistêmico em Kant. Como instrumento de análise, particularizaremos as nossas considerações em torno do conceito de síntese, noção elementar abordada pelo filósofo alemão ao longo das seções nas quais a referida teoria é apresentada. Por fim, espera-se que as reflexões aqui expostas sirvam como ponto de apoio àqueles que buscam uma melhor compreensão do pensamento kantiano, antepondo a isso a necessidade do seu estudo e a sua importância para a Filosofia.

PALAVRAS-CHAVE: Crítica. Epistemologia. Razão. Limites. Metafísica.

THE SYNTHESIS PROCESS IN IMMANUEL KANT'S THEORY OF KNOWLEDGE

ABSTRACT: The purpose of this article is to approach, in a didactic way, the Theory of Knowledge proposed by Immanuel Kant. For this, we will use passages from the *Critique of Pure Reason* (1781). It is reiterated that this text is the result of research carried out during the completion of my Course Completion Work, which took place under the guidance of the professor and co-author of this work. In a clear and objective way, this text is expected to introduce the reader to the main concepts and stages of the epistemic process in Kant. As an instrument of analysis, we will particularize our considerations around the concept of synthesis, an elementary notion addressed by the German philosopher throughout the sections in which the referred theory is presented. Finally, it is hoped that the reflections presented here will serve as a support point for those who seek a better understanding of Kant's thought, placing before that the need for its study and its importance for Philosophy.

KEYWORDS: Criticism. Epistemology. Reason. Limits. Metaphysics.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil/CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

² Bacharel em Filosofia pelo Instituto de Filosofia e Teologia Santo Alberto Magno (União da Vitória/PR).



Artigo publicado em acesso aberto sob a licença Creative Commons Attribution 4.0 International Licence.



INTRODUÇÃO

A razão constitui o alicerce do pensamento desenvolvido por Immanuel Kant. Embora seja apresentada pelo autor nos aspectos teórico e prático, é necessário mantermos uma unidade entre os seus usos porque isto é fundamental para compreender melhor a arquitetura do seu sistema. Ao particularizarmos a investigação da faculdade racional em seu aspecto teórico, devemos tomar como referência as principais argumentações expostas ao longo da *Crítica da Razão Pura*, obra publicada pelo autor inicialmente em 1781. Dado este aspecto, emerge-se para nossa discussão duas questões essenciais. A primeira consiste em compreender o modo como ocorre o processo epistêmico na filosofia teórica de Kant, enquanto a segunda parte da necessidade de perceber os principais conceitos ou faculdades utilizadas por ele neste processo. E, como se pode notar, existe uma relação de proximidade entre ambos os pressupostos, de modo que isto é essencial para abordar melhor a Teoria do Conhecimento em Kant. Apesar disso, é válido destacar aqui as dificuldades encontradas pelos leitores para a compreensão desta teoria, envolvendo desde os aspectos metodológicos até mesmo o estilo de escrita utilizado pelo autor.

Dada as questões apresentadas acima, e no desejo de minimizar o problema descrito, este artigo abordará brevemente a teoria epistêmica proposta pelo filósofo alemão ao longo de parte da primeira *Crítica*. Dito de outro modo, propomos didaticamente oferecer ao leitor a possibilidade de uma compreensão mais clara dos seus propósitos. Para alcançarmos este objetivo, dividiremos este artigo em duas partes. Enquanto a primeira abordará o tronco da sensibilidade, oferecendo uma breve descrição de sua finalidade, a segunda versará sobre o entendimento, apresentando-o como uma faculdade ativa capaz de criar conceitos, bem como propiciar a cognição humana mediante a síntese dada pela apercepção transcendental enquanto faculdade racional do ser humano. E é devido a isso que iremos particularizar a noção de síntese neste processo, mostrando a sua importância e o papel que ela ocupa. Portanto, através disso, esperamos que este artigo sirva como material didático de apoio



àqueles que buscam compreender o pensamento teórico kantiano.

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ACERCA DA TEORIA DO CONHECIMENTO DE KANT

O debate sobre o conhecimento trouxe consigo grandes discussões ao longo da História da Filosofia, apesar de existir certa dificuldade de alcançar um consenso entre elas. Isso se justifica especialmente devido ao princípio que fundamenta cada modelo epistêmico possível. Ao considerarmos as contribuições dadas por Immanuel Kant, é necessário antepor a isso a reflexão moderna sobre o problema gnosiológico marcada sobretudo pelas tentativas racionalista e empirista de oferecer uma resposta. No intuito de corroborar com esta afirmação, destacaremos a seguir dois pressupostos extraídos do *Prefácio* à primeira edição da *Crítica da Razão Pura* (1781).³ O primeiro evidencia que a racionalidade, própria do ser humano, vê-se “atormentada por questões que não pode evitar, pois lhe são impostas pela sua natureza” (CRP, AVII). Como consequência, a segunda proposição demonstra que as respostas, oferecidas até então pelo seu uso puro, eram incoerentes e incertas. Dito de outra forma, apenas eram oferecidos resultados insatisfatórios e conflitantes, e isso levava à razão entrar em contradição consigo mesma. Portanto, dado esses aspectos, pode-se dizer que no conhecimento envolvendo questões que ultrapassam os limites da experiência há um campo de obscuridades, sendo a metafísica a representante desses debates.⁴

Após detectar o problema envolvendo o uso puro da razão, ainda no *Prefácio* à primeira edição, o próximo passo para Kant consistirá em propor um método capaz de solucioná-lo.

³ KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 8º ed. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2013. No decorrer deste artigo, utilizaremos outras expressões que, em sinonímia, irão se referir à *Crítica da Razão Pura*. São elas: i) “primeira *Crítica*”, pois, dentro das três *Críticas* publicadas por Kant, a saber, a *Crítica da Razão Pura* (1781), a *Crítica da Razão Prática* (1788) e a *Crítica da Faculdade do Julgar* (1790), esta é a primeira delas; ii) “CRP”, a forma abreviada da tradução portuguesa à versão original da *Kritik der reinen Vernunft*; iii) “obra publicada em 1781”, fazendo referência ao ano de sua primeira edição.

⁴ Cf. AVII e AVIII. Por questões sistemáticas, o modelo adotado para referenciar esta obra seguirá o estilo padrão utilizado em trabalhos acadêmicos onde teremos, na respectiva sequência: i) a menção às iniciais da versão portuguesa utilizada, a saber, “CRP”, sempre que necessário, e ii) a identificação do local da retirada das citações, conforme encontra-se descrito na obra. Nesse sentido, utilizaremos “A” para a edição publicada em 1781, “B” para a edição de 1787 ou ambas as letras em conjunto, em casos específicos.



Para isso, o filósofo alemão utilizará o instrumento crítico no intuito de percorrer um caminho composto por três tarefas principais. A primeira consiste em identificar o problema – e isso ele já fez. A segunda, por sua vez, propõe desenvolvê-lo. Por fim, a terceira tarefa parte do desejo de apresentar o caminho necessário de modo a livrar a razão humana de suas contradições. Após isso, o pensador alemão mostrará que a crítica é o ponto de apoio essencial para a resolução da questão, sendo, com isso, “a solução do problema da possibilidade ou impossibilidade de uma metafísica em geral e a determinação tanto das suas fontes como da sua extensão e limites” (*Idem*, AXII).⁵

Conforme evidenciado no *Prefácio*, Kant discorre sobre as disputas históricas vivenciadas pela metafísica.⁶ Dentre as principais, pode-se citar as questões envolvendo a discussão sobre a alma, sobre o mundo e sobre Deus, os denominados “postulados da razão pura”.⁷ Enquanto a razão pura encontrava-se neste cenário, ciências como a matemática e a física, por exemplo, adquiriam um desenvolvimento crescente e coerente no campo epistêmico.⁸ Para solucionar esses problemas, Kant propõe desenvolver um sistema satisfatório e revolucionário na filosofia. Portanto, ao fazer o uso do método crítico, ele utiliza a metáfora do tribunal da razão: “esse tribunal outra coisa não é que a própria *Crítica da Razão Pura*” (CRP, AXII).

Ao considerar a relação existente entre o par conceitual sujeito e objeto, e valorizando

⁵ Reitera-se que é na seção AXII onde o autor apresenta a definição do termo “crítica”, bem como a sua importância na sua filosofia. Ao ser entendida como a “faculdade da razão em geral, com respeito a todos os conhecimentos a que pode aspirar, *independente de toda a experiência*” (AXII, grifos do autor), este instrumento permitirá o desenvolvimento de toda uma pesquisa filosófica envolvendo o problema do conhecimento, servindo de alicerce para o caminho percorrido por ele (Cf. BXXXVI e B25).

⁶ É importante destacar este pressuposto, pois ele denota a crítica feita por Kant ao aspecto dogmático que fundamenta a própria metafísica. Ao fazer isso, como consequência, o filósofo alemão questiona a possibilidade de a “rainha de todas as outras” (AVIII) ciências gerar conhecimento verdadeiro. Neste intermédio, ele utilizará como ponto de apoio tanto a mudança paradigmática propiciada pela denominada “Revolução Copernicana na Filosofia” quanto o aspecto transcendental propiciado pelo seu instrumento crítico de análise, o que será destacado melhor posteriormente.

⁷ Cf. BXXX, A310 e A334.

⁸ Dado este aspecto, é importante reiterar que uma das principais pretensões de Kant ao longo da CRP consiste em oferecer um caminho seguro para a metafísica enquanto ciência, apesar de inviabilizar isso posteriormente. Apesar disso, o filósofo alemão percebe que, assim como a matemática e a física obtiveram o seu avanço com a mudança de paradigma trazida pela modernidade, a filosofia também deveria obter uma mudança no seu método. Este pressuposto é, pois, essencial e fará com que ele investigue as fontes, os limites, a extensão e os erros da forma de conhecimento alcançada sem o recurso à experiência.



sobretudo o papel do sujeito cognoscente, é necessário perceber a importância do indivíduo no processo epistêmico. Sendo assim, a fim de justificar essa mudança paradigmática, Kant propõe instaurar uma “Revolução Copernicana na Filosofia”, o que pode ser encontrado no *Prefácio* à segunda edição da obra. Seguindo este argumento, o próprio filósofo alemão buscou assemelhar-se ao físico Nicolau Copérnico, mostrando que ele realizou, na filosofia, um movimento parecido com o de Copérnico na física. Se, com Copérnico, houve uma mudança de paradigma envolvendo o movimento dos corpos celestes, com Kant o olhar da filosofia deixou de voltar-se para o objeto e passou a orientar-se pelo ser humano. Esta revolução trouxe outro eixo de investigação, eixo este correspondente ao seu desejo de conhecer aquilo que, anteposto à experiência, permite ao indivíduo a apreensão dos objetos. Logo, dessa abordagem resulta a tese de que o fundamento dos objetos está contido no sujeito, pois apenas ele possui as faculdades necessárias para tornar válido um determinado saber.

Até hoje admitia-se que o nosso conhecimento se devia regular pelos objetos; porém, todas as tentativas para descobrir *a priori*, mediante conceitos, algo que ampliasse o nosso conhecimento, malograram-se com este pressuposto. Tentemos, pois, uma vez, experimentar se não se resolverão melhor as tarefas da metafísica, admitindo que os objetos se deveriam regular pelo nosso conhecimento, o que assim já concorda melhor com o que desejamos, a saber, a possibilidade de um conhecimento *a priori* desses objetos, que estabeleça algo sobre eles antes de nos serem dados (CRP, BXVII).

Dada a citação acima, percebe-se a importância da Revolução Copernicana para o método empreendido por Kant, bem como o papel que ela ocupa em seu procedimento investigativo. Como consequência, é na *Introdução* à CRP onde o filósofo alemão apresentará algumas noções preliminares necessárias à compreensão de parte de seu pensamento. Nesse sentido, reitera-se inicialmente a discussão envolvendo duas distinções essenciais, dando prosseguimento à nossa análise expositivo-argumentativa. Por um lado, ao tratar das formas epistêmicas possíveis, o autor irá dividi-las em *a priori* e *a posteriori*. Dito de outra forma, enquanto o conhecimento *a priori* é aquele que não é derivado da experiência, o conhecimento *a posteriori* ocorre após ela. Para estabelecer um critério capaz de diferenciar ambas as formas, serão apresentadas ainda duas características pertencentes apenas à primeira: “necessidade e



rigorosa universalidade são pois os sinais seguros de um conhecimento *a priori* e são inseparáveis uma da outra” (CRP, B4). Com efeito, sem a presença dessas características têm-se apenas a contingência e a particularidade de um juízo ou, dito de outra forma, um conhecimento *a posteriori*.

Na sequência, o autor realizará uma discussão acerca dos tipos de juízos existentes, dividindo-os em dois grupos, a saber, os juízos analíticos e os juízos sintéticos.⁹ Após realizar uma aproximação entre as formas de juízos e os tipos de conhecimentos, Kant chegará à conclusão de que existem, na verdade, três tipos de juízos possíveis.¹⁰ O primeiro caso é o analítico, onde a relação entre o sujeito e o predicado é delimitada através dos princípios lógicos da identidade e da não contradição. Devido a isso, este juízo ocorre independente da experiência, podendo ainda ser denominado de explicativo ou elucidativo. No segundo caso, tem-se o juízo sintético onde o predicado não está contido no sujeito de uma proposição, fazendo com que ele obtenha um caráter expansionista ou de ampliação e relacionando-o com a experiência de modo a atravessar os limites expostos pelos princípios lógicos acima. Por fim, a novidade trazida por ele consistirá na afirmação acerca da possibilidade da existência de juízos sintéticos *a priori*. Por possuírem um caráter não empírico, eles apresentam uma necessidade lógica e uma universalidade, todavia, dependem inicialmente dos dados fornecidos pela experiência. Após afirmar isso, o filósofo alemão perceberá a presença desses juízos nas principais ciências teóricas da época, a saber, na matemática e na física, apesar de detectar que a metafísica não é capaz de emití-los. Assim, após chegar à conclusão dedutiva de que apenas os juízos sintéticos *a priori* possibilitam a aquisição de um saber verdadeiro, Kant recorrerá ao uso do termo “transcendental”, instaurando-o em sua filosofia e mostrando a sua importância para o desenvolvimento do seu método denominado criticismo: “chamo transcendental a todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de os conhecer, na medida em que este deve ser possível *a priori*” (CRP, B25).

⁹ Kant denomina por juízo “o conhecimento mediato de um objeto, portanto, a representação de uma representação desse objeto” (A68 / B93).

¹⁰ Cf. BX, seção intitulada por “Da distinção entre juízos analíticos e juízos sintéticos”.



Ao propor o desenvolvimento de uma filosofia transcendental crítica, o filósofo alemão partirá para uma exposição sistemática do seu método mediante o uso de dois troncos essenciais, a saber, a sensibilidade e o entendimento: “parece-nos, pois, apenas necessário saber, como introdução ou prefácio, que há dois troncos do conhecimento humano (...), que são a *sensibilidade* e o entendimento” (*Idem*, A15 / B29, grifo do autor). Enquanto o primeiro tronco dá ao sujeito a matéria do conhecimento, o segundo contém a forma com a qual esse conhecimento é pensado, organizado e tornado objetivo. Em síntese, essas são as principais questões abordadas tanto no *Prefácio* à segunda edição quanto na *Introdução* da CRP.

Não resta dúvida de que todo o nosso conhecimento começa pela experiência; efetivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer senão os objetos que afetam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, *na ordem do tempo*, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início (B1, grifo do autor).

Como se percebe na afirmação, a experiência é o primeiro passo do processo epistemológico. Vale salientar, entretanto, a limitação do conhecimento do ser humano às intuições e, nesse sentido, à sensibilidade cuja principal função consiste na receptividade enquanto uma atividade de organização necessária a fim de que seja possível, ao entendimento, pensar naquilo que possui um conteúdo sensível correspondente: “a primeira consiste em receber as representações (a receptividade das impressões) e a segunda é a capacidade de conhecer um objeto mediante estas representações (espontaneidade dos conceitos)” (CRP, A50 / B74). Considerando esses apontamentos pode-se concluir que, se não fosse o proceder de cada um desses dois troncos, nada poderia ser apreendido. Reitera-se ainda que este procedimento é o fundamento necessário para elevar um saber ao nível de ciência, bem como aquilo que impossibilita a metafísica de alcançar esse estatuto: “o fato da metafísica até hoje se ter mantido em estado tão vacilante entre incertezas e contradições é simplesmente devido a não se ter pensado mais cedo neste problema, nem talvez mesmo na distinção entre juízos *analíticos* e juízos *sintéticos*” (*Idem*, B19, grifos do autor).



1.1 – Análise da sensibilidade a partir das intuições puras: o caminho inicial para o conhecimento

Conforme dito anteriormente, a sensibilidade fornece a matéria do conhecimento. É importante reiterar, entretanto, que isso ocorre mediante a atividade dada pelas intuições puras de espaço e de tempo. Por conter todas as representações obtidas através do contato do ser humano com o mundo sensível, a sensibilidade é a primeira faculdade necessária para apreender um objeto da experiência. Sendo assim, se fosse suposto a possibilidade de um conhecimento sem este tronco, o que o próprio Kant irá desenvolver posteriormente, o ser humano teria consigo apenas a faculdade do pensar e, conseqüentemente, a formação de conceitos que não possuem estatuto epistêmico, principalmente por não obterem um conteúdo material correspondente. Disso resulta a tese de que “o pensamento tem sempre que referir-se, finalmente, a intuições, quer diretamente (*directe*), quer por rodeios (*indirecte*)” (*Idem*, A20 / B33).

Espaço e tempo são, pois, as formas puras da sensibilidade e, devido a isso, não derivam da experiência. Por isso são *a priori* e encontram-se anterior a qualquer experiência sensível: “o espaço e o tempo são as formas puras desse modo de perceber; a sensação, em geral, a sua matéria” (*Idem*, A42 / B60). Ainda, deve-se destacar que ambas são formais, sendo capazes de ordenar o múltiplo dos dados sensíveis: “as formas referidas são absoluta e necessariamente inerentes à nossa sensibilidade, seja qual for a espécie das nossas sensações, que podem ser muito diversas” (*Ibidem*). É importante destacar esses pressupostos, pois, ao fazer essa descrição inicial, o filósofo alemão irá analisá-las detalhadamente. A seqüência de sua argumentação pode ser descrita em três passos principais. O primeiro consiste em apresentar cada intuição separadamente. O segundo, no que lhe concerne, propõe desenvolver duas deduções essenciais para a melhor compreensão da importância que elas possuem. Num primeiro momento, é apresentada uma dedução metafísica, tanto para o espaço quanto para o tempo, e a sua função consiste em mostrar que ambas são *a priori* e pertencem à sensibilidade, e não ao entendimento. Feito isso, o filósofo alemão desenvolve ainda uma dedução transcendental cuja finalidade se encerra no fato de mostrar a síntese *a priori*,



permitida por elas, para os dados fornecidos pela experiência. Por fim, após essa etapa inicial, e antes de concluir a *Estética Transcendental*, o autor apresenta ainda uma reflexão considerando o conjunto dessas intuições, mostrando o papel da sensibilidade no processo epistêmico. No que concerne ao uso de sinônimas para referenciar as intuições puras, Kant apresenta o tempo como a forma do “sentido interno” e o espaço como a forma do “sentido externo”. O emprego desses termos se justifica mediante a função desempenhada por cada uma dessas intuições. Ao isolar o estudo do espaço, o filósofo alemão mostra que “por intermédio do sentido externo (de uma propriedade do nosso espírito) temos a representação de objetos como exteriores a nós e situados todos no espaço” (CRP, A22 / B37). Como se percebe, essa intuição é responsável por uma organização dos conteúdos fornecidos pela experiência a partir de uma ordem sucessiva. Paralelo a isso, é apresentado por ele a descrição acerca do tempo: “o tempo não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior” (*Idem*, A33 / B49). Dito de outra forma, através desta intuição é possível que o sujeito tome consciência de si mesmo e dos seus estados internos, pois ela permite que as representações sejam dadas segundo noções como “antes” e “depois”, considerando, para isso, o modo como foram intuídas.

2 – A ATIVIDADE SINTÉTICA DO ENTENDIMENTO NA TEORIA DO CONHECIMENTO DE KANT

Para produzir um conceito correspondente à diversidade do material recebido, o caminho epistêmico deverá passar pelo seu segundo tronco, a saber, o entendimento.¹¹ Dito de outro modo, é fundamental considerar sobretudo a atividade do pensamento exercida pelo entendimento, o que pressupõe, além da faculdade intuitiva, uma faculdade discursiva.¹²

¹¹ O entendimento é, em Kant, uma faculdade que possui diversas funções, mas a principal delas consiste em expor e justificar a necessidade da validade objetiva dos seus conceitos puros enquanto condições da possibilidade de fornecer uma síntese inicial para o conteúdo obtido na sensibilidade, tornando-o passível de cognição.

¹² Por faculdade discursiva deve-se entender uma faculdade cujo proceder ocorre através de conceitos e, conseqüentemente, mediante a emissão de juízos. Kant justifica isso na seção intitulada por “do uso lógico do entendimento em geral” (CRP, A68 / B93). Devido a isso, destaca-se a importância do entendimento enquanto atividade produtora de conceitos, sejam eles puros e fazendo referência aos objetos em geral,



Portanto, para início de reflexão, assumamos a tese kantiana segundo a qual não é possível um conhecimento somente pela receptividade do conteúdo material, pois esta premissa é essencial a fim de destacar a importância da relação de proximidade existente entre ambos os troncos epistêmicos evidenciados acima.

Após discorrer sobre a necessidade de uma faculdade espontânea para o conhecimento, Kant evidencia a importância da sua função, pois apenas essa atividade possibilita uma ligação existente entre o pensamento e o seu respectivo conteúdo de modo a produzir cognição. Devido a isso, a conclusão resultante mostra que “só pela sua reunião se obtém conhecimento” (CRP, B76). Nesse sentido o filósofo alemão percebe que, assim como houve o trato científico¹³ dos princípios da sensibilidade a fim de provar a validade objetiva de suas formas puras, o mesmo deve ocorrer com o entendimento. Ao fazer isso, e justificando a relação de proximidade entre ambos os troncos epistêmicos, destaca-se a importância de desenvolver um argumento com o intuito de provar a validade objetiva dos seus conceitos. Isso permitirá ao conteúdo recebido pelo primeiro tronco alcançar o estatuto de conhecimento. Para alcançar essa finalidade, todavia, Kant precisará de uma ciência que forneça o ponto de apoio para a sua argumentação. Sendo assim, após mostrar a impossibilidade de a Lógica em seu uso geral tratar dessas questões, o autor irá concluir que apenas a *Lógica Transcendental* é capaz de fornecer o alicerce necessário para o desenvolvimento deste tronco epistêmico, bem como dos seus princípios e regras: “uma tal ciência que determina a origem, o âmbito e o valor objetivo desses conhecimentos (...) trata das leis do entendimento e da razão, mas só na medida em que se refere a objetos *a priori*” (CRP, B82).¹⁴ Dado esses apontamentos, é válido ressaltar ainda que a seção da primeira

sejam eles empíricos e fazendo referência a um objeto em particular.

¹³ É válido ressaltar aqui que o sentido de “ciência” na época de Kant não possui, necessariamente, o mesmo sentido de nossa compreensão atual. Enquanto no século XVIII a percepção de ciência estava mais ligada àquilo denominado conhecimento *a priori*, atualmente possuímos uma apreensão científica conectada, inicialmente, à observação empírica no desejo de percorrer um método a fim de alcançar, posteriormente, uma teoria com validade universal. Na presente argumentação supracitada, é importante reiterar este sentido utilizado pelo filósofo alemão, pois a busca por um conhecimento *a priori* dos objetos o levará a afirmar a existência de formas puras do entendimento, bem como provar a validade objetiva que elas possuem.

¹⁴ Sobre a importância da *Lógica Transcendental* em Kant, Wood mostra que “Kant argumenta que os objetos de conhecimento, como fenômenos, são constituídos não só pelo modo como os intuimos no espaço e no tempo, mas também pelo modo como o entendimento os pensa enquanto condições *a priori* para a



Crítica dedicada ao estudo da *Lógica Transcendental* se subdivide em duas partes. Por um lado, temos a analítica ou lógica da verdade que “apresenta os elementos do conhecimento puro do entendimento e os princípios sem os quais nenhum objeto pode, em absoluto, ser pensado” (*Idem*, B87). Por outro, encontra-se a dialética ou lógica das aparências que desenvolve as principais críticas a faculdade do pensamento e à razão quando abstraem, de suas atividades, o conteúdo material restando apenas as suas formas puras sem uma representatividade correspondente. Logo, ao se valer do entendimento em seu uso puro, o filósofo alemão propõe discorrer sobre os conceitos que, independentes de qualquer experiência, se referem àquilo recebido na sensibilidade de modo *a priori* segundo suas regras.

Considerando que a *Analítica Transcendental* tem por finalidade decompor, para analisar, “todo o nosso conhecimento *a priori* nos elementos do conhecimento puro do entendimento” (*Idem*, B89), o filósofo alemão afirma que esta decomposição não deve proceder de maneira imediata, mas sim de maneira mediada, ou seja, através de um conceito e não por uma intuição. Nesse sentido, após provar a sua validade objetiva, a própria argumentação do autor será capaz de justificar a relação existente entre o entendimento e a sensibilidade.¹⁵ Portanto, através disso deve-se concluir que os elementos *a priori* do entendimento são fundamentais para o processo epistêmico, principalmente porque conseguem sintetizar o conteúdo fornecido pela sensibilidade: “é a síntese que, na verdade, reúne os elementos para os conhecimentos e os une num determinado conteúdo” (*Idem*, A78).

Segundo Kant, para se obter um conhecimento da matéria recebida pela sensibilidade este conteúdo deve ser ordenado pelos conceitos puros do entendimento. Neste intermédio, destaca-se a importância da faculdade do julgar enquanto função que opera de modo a estabelecer uma ligação entre as intuições e as categorias que lhes são correspondentes. Isso se justifica porque “todos os juízos são funções da unidade entre nossas representações” (CRP,

possibilidade da experiência em geral” (2008, p. 59). WOOD, A. W. *Kant*. Trad.: Delema José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008. Nesse sentido, destaca-se a necessidade desta ciência, pois isso corrobora com a premissa afirmada acima.

¹⁵ É importante destacar este pressuposto porque, uma vez considerando os limites da capacidade cognoscente do sujeito, percebe-se que a referência à *Dialética Transcendental* ocorrerá na tentativa do autor em discorrer sobre os postulados da razão pura que ultra passam esses limites a fim de detectar os erros lógicos oriundos das deduções apresentadas e, ao fazer isso, propor-lhes soluções.



A69 / B94), considerando, devido a isso, o entendimento como uma “*faculdade de julgar*” (Ibidem, grifo do autor).¹⁶ Dado esses apontamentos, pode-se dizer que através do juízo o filósofo derivará todas as atividades operadas pelas categorias. Logo, por pertencerem ao segundo tronco epistêmico, reitera-se a importância dos juízos para a compreensão da própria argumentação kantiana.¹⁷

Se abstrairmos de todo o conteúdo de um juízo em geral e atendermos apenas à simples forma do entendimento, encontramos que nele a função do pensamento pode reduzir-se a quatro rubricas, cada uma das quais contém três momentos (*Idem*, A70 / B95).

Como se pode perceber através desta citação, existem doze formas de juízos possíveis que podem ser descritas numa tábua composta por quatro grupos principais contendo três juízos em cada um deles. Para Kant, a análise reflexiva em torno dessa tábua é essencial, principalmente porque nela “encontram-se, portanto, todas as funções do entendimento” (*Idem*, A69 / B94). Dito de outra forma, o resultado da reflexão em torno da atividade lógica é a compreensão do modo como o entendimento produz os julgamentos sobre os dados fornecidos pela sensibilidade. No que concerne à sua divisão, como já reiterado acima, os juízos são reunidos em quatro grupos principais. O primeiro deles se dá conforme a quantidade, podendo ser subdividido em universais, particulares e singulares. No grupo da qualidade, encontram-se os juízos afirmativos, negativos e infinitos. Quanto à relação, os juízos podem ser categóricos, hipotéticos e disjuntivos. Por fim, quanto à modalidade, tem-se a subdivisão entre problemáticos, assertóricos e apodícticos.¹⁸ Esta é, pois, uma breve descrição envolvendo todas as maneiras possíveis de o entendimento, em seu uso lógico, emitir um julgamento sobre o conteúdo fornecido através do múltiplo das intuições.

Kant mostra ainda que a função da atividade do julgar cujo intuito consiste em conferir unidade às diversas representações num juízo também fornece unidade àquilo percebido

¹⁶ A passagem que fundamenta essa discussão pode ser encontrada em A68 / B93 e possui por título *Do uso lógico do entendimento em geral*.

¹⁷ Cf. HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Trad.: Christian Viktor Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005, pp. 86-92.

¹⁸ Sobre esta análise, além do §9 da primeira *Crítica*, recomenda-se a leitura WOOD, 2008, pp. 61-2.



numa intuição. Sendo assim, após descrever e analisar esta faculdade, o filósofo alemão derivará dela todos os conceitos puros do entendimento que operam fornecendo uma ligação para o conteúdo do primeiro tronco epistêmico a fim de alcançar cognição. Essas categorias desempenham um papel fundante, atuando sobretudo através da forma sintético *a priori*: “os conceitos, que conferem *unidade* a esta síntese pura e consistem unicamente na representação desta unidade sintética necessária, são o terceiro passo para o conhecimento de um dado objeto e assentam no entendimento” (CRP, A79, grifo do autor). Para colaborar com esta afirmação, Höffe mostra que: “como a ligação dos conceitos se realiza no juízo, a forma da ligação dos conceitos nada mais é que a forma do julgar” (2005, p. 87). Neste sentido, para Höffe, as categorias corresponderiam às formas puras do juízo, o que justifica a tese assumida anteriormente. Portanto, através desta contribuição, entende-se o modo como é possível compreender os conceitos puros como sendo responsáveis pela unidade e pela determinação daquilo recebido na sensibilidade.

O próximo passo de nossa discussão consiste em apresentar e refletir sobre a Tábua das Categorias, seguindo o mesmo estilo de argumentação. Sendo assim, destaca-se inicialmente que os conceitos puros do entendimento, assim como os juízos, se subdividem em quatro grupos cada um deles contendo três conceitos. A primeira divisão ocorre conforme a quantidade, podendo se subdividir em unidade, pluralidade e totalidade, e possuindo estreita relação com os juízos universais, particulares e singulares. No segundo grupo, tem-se a qualidade que compreende as categorias da realidade, da negação e da limitação, e podem se ligar com os juízos afirmativos, negativos ou infinitos (restritivos). Dando continuidade à exposição, Kant apresenta a categoria de relação e a sua subdivisão em inerência e subsistência, causalidade e dependência, e comunidade. Este grupo possui certa proximidade com os juízos categóricos, hipotéticos e disjuntivos. Por fim, quanto à modalidade, as categorias subdividem-se em possibilidade e impossibilidade, existência e não existência, necessidade e contingência. Reitera-se ainda a sua conexão com os juízos problemáticos, assertóricos e apodícticos. Apesar de apresentarmos brevemente esta análise, destaca-se que essa discussão ocupa bastante espaço durante a primeira *Crítica*, todavia, por questões didáticas e argumentativas,



optamos por fazer uma curta exposição.¹⁹

Ainda, considerando a relação existente entre a Tábua dos Juízos e a Tábua das Categorias, percebe-se como é possível ocorrer a unidade das representações num conceito. Sendo assim, dada esta análise, pode-se dizer que a própria dedução para uma validade objetiva das categorias é essencial para propiciar uma síntese para o conteúdo da sensibilidade. Dito de outra forma, e valendo-se de uma metáfora, as categorias são uma espécie de “moldura” do entendimento que conforma, segundo as suas regras, tudo aquilo obtido pelo fenômeno. Para justificar essa tese Kant mostra, inicialmente, que o entendimento depende da sensibilidade quanto ao seu conteúdo, pois “nenhuma destas qualidades têm primazia sobre a outra” (CRP, A51 / B75). Como consequência, afirma que “sem a sensibilidade, nenhum objeto nos seria dado; sem o entendimento, nenhum seria pensado” (*Ibidem*). Seguindo esta argumentação compreende-se que ambas são necessárias para a cognoscibilidade. Logo, se supusermos que a matéria do conhecimento é ordenada, então o papel do segundo tronco epistêmico num juízo é tido sobretudo através da “capacidade de produzir representações” (*Ibidem*). Por fim, após esta reflexão, Kant desenvolverá a sua dedução transcendental mostrando especialmente a função da apercepção transcendental neste processo. Devido a isso, para finalizarmos esta seção, trataremos deste ponto.

Se, pela Dedução Metafísica, Kant justificou a existência de conceitos *a priori* do entendimento, pela Dedução Transcendental ele propõe mostrar como é possível uma síntese *a priori* dos dados fornecidos através da experiência. Devido a isso, para haver uma organização do conteúdo da sensibilidade a fim de alcançar cognição, é necessário que a matéria do conhecimento seja determinada pela consciência do sujeito capaz de acompanhar todas as representações. Disso se origina o papel da apercepção transcendental definido como “aquela autoconsciência que, ao produzir a representação *eu penso*, que tem de poder acompanhar todas as outras, e que é uma idêntica em toda a consciência, não pode ser

¹⁹ A análise em torno das categorias do entendimento puro ocorre sobretudo na interseção dos §§10-12, fornecendo inclusive a base para toda uma discussão posterior tanto à primeira *Crítica* quanto a obras sucessoras a ela.



acompanhada por nenhuma outra” (*Idem*, B132, grifo do autor). Como se percebe, a apercepção tem por atributo a tarefa de acompanhar todas as representações dadas ao sujeito. Por isso, toda a receptividade do conteúdo empírico deve necessariamente passar por esta unidade objetiva capaz de conectar-se a um objeto através da determinação do sentido interno. Neste sentido, a autopercepção justifica como é possível a unidade do múltiplo das intuições num conceito. Portanto, ao valer-se de uma dedução transcendental o filósofo alemão nos mostra que, assim como na *Estética Transcendental* houve a necessidade de uma submissão das intuições empíricas às condições formais da sensibilidade, o mesmo ocorre com o entendimento, principalmente por estar submetido à condição da unidade sintética da apercepção.

Partindo da premissa de que a consciência deve percorrer todas as representações, Kant faz ainda uma ressalva mostrando que uma representação está submetida à apercepção apenas se houver a presença das funções lógicas operadas pelos juízos: “o ato do entendimento, pelo qual o diverso das representações dadas (quer sejam intuições ou conceitos) é submetida a uma apercepção em (...) função lógica dos juízos” (CRP, B143). Dito de outra forma, é necessário considerar as regras exercidas pela faculdade do julgar a fim de que as categorias possam ser aplicadas ao conteúdo fornecido pela sensibilidade seguindo uma regra específica: “assim, todo o diverso, na medida em que é dado numa intuição empírica, é *determinado* em relação a uma das funções lógicas dos juízos, mediante a qual é conduzido a uma consciência em geral” (*Ibidem*). Dado este pressuposto, entende-se que o entendimento não pode intuir por si mesmo um objeto, todavia, considerando a apercepção, pode determiná-lo enquanto unidade do múltiplo das intuições num conceito correspondente. Portanto, através dessas discussões, destaca-se tanto a relação existente entre a Dedução Metafísica e a Dedução Transcendental quando a necessidade do papel da apercepção transcendental para a teoria do conhecimento em Kant, antepondo a isso a noção de síntese operada por ele que será o objeto final da discussão deste artigo.

2.1 – A importância da síntese transcendental para a formação do conhecimento sintético *a priori*.



No §24 da Dedução Transcendental da segunda edição, após justificar o modo como ocorre o conhecimento *a priori* daquilo que se apresenta à experiência, Kant mostra que a aplicação das categorias à matéria epistêmica é antecedida por uma “síntese figurada”, entendida por ele como a “síntese do diverso da intuição sensível” (CRP, B151). Isso se justifica porque as formas *a priori* da sensibilidade reúnem consigo o diverso das intuições levando-o ao entendimento. Dado este apontamento, é necessário destacar ainda a presença da consciência da apercepção como condição capaz de efetivar uma ligação da multiplicidade do conteúdo apreendido. Subjacente a isso, reitera-se que essa síntese ocorre no momento presente, pois, através dela, é possível produzir uma representação diretamente ligada às intuições que afetam os sentidos do indivíduo num determinado momento. Portanto, através disso deve-se concluir que “a nossa apreensão do diverso do fenômeno é sempre sucessiva e, portanto, sempre mutável” (CRP, A183 / B226).

No desejo de mostrar como a autopercepção acompanhará a matéria fornecida pelo múltiplo das intuições, o filósofo alemão discorre sobre a forma do sentido interno apresentando-a como uma condição que permite uma relação simultânea entre as representações e o “eu penso” através de sua apercepção transcendental. Sobre isso, Kant escreve que: “o entendimento (...) pode então determinar, de acordo com a unidade sintética da apercepção, o sentido interno pelo diverso de representações dadas e deste modo pensar *a prioria* unidade sintética da apercepção do diverso da *intuição sensível* (*Idem*, B151, grifos do autor). Neste intermédio, é importante ressaltar a distinção existente entre as funções atribuídas ao sentido interno e à apercepção, pois, enquanto o tempo apenas possui a forma da intuição *a priori*, a autopercepção possui a capacidade de síntese enquanto ligação do diverso num conceito. Disso resulta o modo como os objetos sensíveis recebem uma determinação dos conceitos puros do entendimento.

Por fim, ao considerar a aplicação das categorias sobre o múltiplo das intuições, Kant admite a necessidade de haver um conhecimento *a priori* dos objetos segundo a sua forma.²⁰ Para justificar essa tese, o filósofo alemão mostra a necessidade, primeiro, que o diverso da

²⁰ Essa discussão pode ser conferida em B147, onde Kant admite a possibilidade de um conhecimento *a priori* dos objetos segundo o fenômeno.



intuição seja dado de maneira *a priori*. Como consequência, o segundo passo apresenta a síntese efetivada pela imaginação, bem como o seu papel na produção dos conceitos. Sendo assim, após o desenvolvimento desta sequência, destaca-se que há a determinação das categorias através da autoconsciência e do seu poder de síntese. Feito isso, compreende-se a importância do papel da síntese no criticismo kantiano, restando ainda mostrar como ocorre a relação necessária existente entre o conteúdo material e o conceito correspondente a ele, tarefa que nos ocuparemos antes da conclusão deste artigo.

Ao longo do argumento, o autor nos apresenta três sínteses realizadas em momentos distintos. Uma das primeiras sínteses desenvolvidas por ele ao longo da Dedução Transcendental, em sua primeira edição, é a denominada *síntese da apreensão*, assim conceituada por estar “diretamente orientada para a intuição, que, sem dúvida, fornece um diverso” (CRP, A99, grifo do autor). Ao fazer isso, o filósofo alemão destaca nela o fundamento sem o qual as demais atividades sintéticas não seriam passíveis de realização. Por ser utilizada para possibilitar a percepção da matéria do conhecimento, ele destaca ainda o seu aspecto sintético *a priori*. Dado esses apontamentos, reitera-se que ela ocorre de modo puro, pois, se fosse suposto o contrário, as formas da sensibilidade não possuiriam representatividade: “esta síntese da apreensão deve também ser praticada *a priori*, isto é, relativamente às representações que não são empíricas” (*Idem*, A100, grifo do autor).²¹ Logo, através desses aspectos, destaca-se que a sua aplicação no múltiplo das intuições é aquilo que os constitui como representações.

Como sabemos, apesar de as categorias possuírem a capacidade de determinar as formas da sensibilidade, é necessário atribuir-lhes ainda a função de ordenar o múltiplo das intuições recebidas segundo regras a fim de que se alcance um conhecimento sintético *a priori* desse conteúdo. Devido a isso, para justificar o uso empírico das categorias, Kant recorre à síntese da apreensão no desejo de mostrar como ocorre a consciência empírica daquilo apreendido no primeiro tronco epistêmico. Percebamos, pois, que a mesma argumentação é

²¹ É válido ressaltar ainda que Kant chama a atenção para o fato de que, sem essa síntese, não seria possível haver a representação do espaço e do tempo, pois, segundo ele, essas representações somente são produzidas pelo diverso oferecido pela sensibilidade. Para conferir essa passagem, sugere-se a leitura de A100.



desenvolvida na edição B, todavia, por caminhos diferentes daquela exposta na edição A. Ao fazer isso, ele define aqui a síntese da apreensão como “a reunião do diverso numa intuição empírica pela qualé tornada possível a percepção, isto é, a consciência empírica desta intuição (como fenômeno)” (*Idem*, B160). Através dela, o conteúdo reunido numa intuição é dado como fenômeno, ou seja, segundo a maneira como é percebido. Portanto, desde que se obtém a consciência de um objeto, ela é considerada como sendo limitada às formas puras de espaço e de tempo.

Kant inicia a reflexão em torno da segunda síntese, a saber, a *síntese da reprodução* realizada através da imaginação. Diferentemente da anterior, destaca-se que aqui conteúdo apreendido é possível de ser retomado posteriormente. Para justificar essa premissa, o filósofo alemão recorrerá à faculdade da imaginação, mostrando a sua capacidade de poder acompanhar o movimento da reprodução: “a imaginação deve, com efeito, reduzir a uma imagem o diverso da intuição; portanto, deve receber previamente as impressões na sua atividade, isto é, apreendê-las” (CRP, A120). Por conseguinte, apesar da necessidade de considerarmos o conjunto de ambas as sínteses, é importante destacar as diferenças existentes entre elas. Enquanto a primeira ocorre através das formas puras da sensibilidade, a segunda se volta à associação dos seus conteúdos especialmente no tempo passado. Dito de outra forma, pode-se dizer que ela se volta a uma representação intuída no passado a fim de retomá-la num momento presente. Nesse sentido é válido destacar que, com a reprodução, não se pensa mais na sucessividade das representações, mas na sua retomada, ou seja, na atualização de uma representação apreendida anteriormente. Dado esses apontamentos, percebe-se que a síntese da reprodução desempenha um papel intermediário entre ambos os troncos epistêmicos, principalmente por relacionar o conteúdo da sensibilidade de modo a oferecer uma imagem para o entendimento.

Por fim, no desejo de justificar o modo como as percepções são levadas a uma consciência, Kant desenvolverá ainda a *síntese da reconhecimento*, ressaltando sobretudo a relação necessária existente entre as atividades realizadas mediante as formas *a priori* supracitadas. Partindo da premissa de que a unidade pela qual se confere cognição ao fenômeno não ocorre unicamente na intuição, foi destacada a importância da síntese da reprodução. No cursoda



argumentação desenvolvida pelo filósofo alemão, entretanto, será necessário ainda a menção à síntese ocorrida sobretudo através da apercepção pura. Visto que a autopercepção possui um aspecto intelectual e não empírico, reitera-se que a atividade sintética desempenhada por ela ocorrerá mediante a relação existente entre a faculdade do juízo e as funções exercidas por cada uma das categorias. Dito de outra forma, caberá à apercepção a função de organizar o múltiplo das intuições segundo a consciência ou o “eu penso” de modo a acompanhar, através de sua função, todas as representações sensíveis. Sendo assim, dada alguma sensibilidade, o entendimento é capaz de determiná-lo numa consciência a fim de pensá-lo na intuição segundo um juízo, pois, “um juízo mais não é do que a maneira de trazer à unidade *objetiva* da apercepção conhecimentos dados” (CRP, B142, grifo do autor). Segundo Höffe, isso justifica o fato dos conceitos empíricos se apoiarem, quanto ao seu conteúdo, na experiência e, quanto à sua forma, no entendimento. Vale ressaltar ainda que a ligação determinante do objeto ocorre de maneira *a priori* “porque as leis não existem nos fenômenos, só em relação ao sujeito a que os fenômenos são inerentes, na medida em que este possui um entendimento” (CRP, B164). Portanto, através desses apontamentos, percebe-se a importância da síntese da percepção, assim como a sua proximidade com as demais etapas descritas anteriormente.

CONCLUSÃO

Dada a discussão abordada neste artigo, espera-se que esta pesquisa tenha propiciado ao leitor uma melhor compreensão da Teoria do Conhecimento desenvolvida por Kant. Reitera-se que as reflexões aqui expostas são fundamentais, pois elas fornecem a base para compreender questões mais específicas ou internas ao pensamento kantiano. Devido a isso, acreditamos que uma abordagem geral do problema teórico em sua filosofia será capaz de permitir, num segundo momento, uma análise mais específica de temas e/ou conceitos. Ainda, mesmo que brevemente, acreditamos ter fornecido ao leitor, uma contribuição favorável para a compreensão do pensamento do filósofo alemão, particularmente a percepção acerca do papel da síntese na formação epistêmica.



REFERÊNCIAS

CAYGILL, Howard. *Dicionário Kant*. Trad.: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant*. Trad.: Germiniano Franco. Lisboa: Edições 70, 1963.

FERRY, Luc. *Kant: uma leitura das três "críticas"*. Trad.: Karina Jannini. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Trad.: João Vergílio Gallerani Cuter. São Paulo: Martins fontes. São Paulo, 2012.

HÖFFE, Otfried. *Immanuel Kant*. Trad.: Christian Viktor Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 9ªed. Trad.: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2018.

PASCAL, Georges. *Compreender Kant*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

WOOD, A. W. *Kant*. Trad.: Delemar José Volpato Dutra. Porto Alegre: Artmed, 2008